



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC 07699/98

Origem: Prefeitura Municipal de João Pessoa

Natureza: Contrato

Responsável: Potengi Holanda de Lucena – Secretário Municipal de Infra-Estrutura

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

CONTRATO. Prefeitura Municipal de João Pessoa. Termos aditivos. Ampliação de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Ausência de formalização de processo para análise do processo licitatório correspondente no Tribunal. Não indicação de irregularidades no contrato, nos aditivos ou nas despesas deles decorrentes. Arquivamento.

RESOLUÇÃO RC2 – TC 00302/12

RELATÓRIO

1. Dados do procedimento:

- 1.1. Órgão/entidade:* Prefeitura Municipal de João Pessoa.
- 1.2. Termos aditivos ao Contrato 014/98.*
- 1.3. Objeto:* ampliação de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

2. Dados do contrato:

- 2.1. Número:* 014/98.
- 2.2. Contratada:* Segmento Engenharia Ltda.
- 2.3. Valor original:* R\$ 143.487,47.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC 07699/98

Em relatório de fl. 97, a d. Auditoria dessa Corte de Contas sugeriu o arquivamento dos presentes autos, em vista do tempo decorrido entre a data da autuação do processo nesta Corte e os dias atuais e por considerar tecnicamente inapropriada a análise isolada dos termos aditivos sem a vinculação ao respectivo procedimento licitatório, vez que o mesmo não foi localizado.

O processo não foi encaminhado, previamente, ao Ministério Público de Contas e foi agendado sem as intimações de estilo.

VOTO DO RELATOR

O contrato administrativo é o ajuste firmado pela administração pública com o particular ou com outra entidade pública, para concretização de objetivos de interesse público, necessitando, quando exigível, de prévia licitação, pois a administração só poder agir diante as necessidades e conveniências da população e da forma menos onerosa, sendo a licitação dispensada nos casos expressamente autorizados por lei. O termo de contrato é, portanto, o instrumento pelo qual se formaliza a relação entre os interessados, não sendo propriamente uma fase da despesa, pois deve ser realizado antes mesmo do empenhamento que, em regra, é a primeira etapa da despesa pública, seguida de liquidação e pagamento.

No caso dos autos, a Auditoria não questionou os valores praticados ou qualquer outra mácula nos aditivos contratuais anexados ao presente processo, nem nas despesas deles decorrentes.

Além disso, tais valores, certamente, foram objeto de análise, quando da apreciação das prestações de contas dos exercícios abrangidos pelo contrato e seus aditivos.

Por outro lado, o Órgão Técnico não conseguiu localizar, nesta Corte de Contas, o processo licitatório originário dos aditivos ora apreciados, tornado inapropriada a análise do próprio contrato e dos termos aditivos ora sob apreciação.

Diante do exposto, em consonância com o entendimento do Órgão Auditor e o parecer oral do Ministério Público de Contas, VOTO no sentido que a 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), decida determinar o arquivamento do processo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC 07699/98

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 07699/98**, referentes aos termos aditivos de contrato realizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, para ampliação de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, **RESOLVEM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, na conformidade do voto do Relator, determinar o **ARQUIVAMENTO** do processo.

Registre-se e publique-se.

Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 14 de agosto de 2012.

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho
Presidente em exercício

Conselheiro André Carlo Torres Pontes
Relator

Auditor Antônio Cláudio Silva Santos
Conselheiro Substituto

Procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz
Representante do Ministério Público de Contas